

Comunicado de Imprensa



2005/05/05

Cultivo suspenso por providência cautelar

POSTO EM CAUSA O CULTIVO DE MILHO TRANSGÉNICO EM PORTUGAL

A providência cautelar recentemente interposta pelo advogado José Sá Fernandes contra o cultivo desregulado de plantas transgénicas em Portugal já deu os seus primeiros frutos. Enquanto não houver decisão final por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, **a autorização de venda de sementes transgénicas e o respectivo cultivo devem ser considerados legalmente suspensos**. O efeito suspensivo entrou em vigor após a notificação pelo Tribunal ao Ministério da Agricultura, a qual ocorreu há cerca de uma semana.

O vazio agora colmatado por esta suspensão resultou da decisão da Comissão Europeia, tomada em Setembro 2004, de autorizar o cultivo de dezassete variedades de milho transgénico do tipo MON 810 em toda a União Europeia. Nenhum Estado-Membro tinha as necessárias regras de coexistência preparadas, mas **países como a Áustria, Polónia, Hungria e Itália optaram por impor moratórias**, de lei ou de facto, para proteger a sua agricultura da contaminação que um cultivo desregulado de plantas transgénicas inevitavelmente acarreta.

Em Portugal, tanto o anterior quanto o actual governo, e ao invés do que o bom senso exige, permitiram que o cultivo de OGM avançasse irrestrito e sem qualquer protecção da agricultura convencional e biológica. O Decreto-Lei necessário continua sem estar publicado e os **concelhos que já se declararam como Zonas Livres de Transgénicos (nomeadamente Mora, Aljezur ou o Cadaval) continuam à espera da prometida regulamentação** com vista à formalização legal deste objectivo de protecção ambiental e agrícola.

A acção popular, cuja providência cautelar está agora a decorrer, representa uma iniciativa da sociedade civil materializada através de um conjunto alargado de associações de agricultura, do ambiente e do consumidor: QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza, CNA - Confederação Nacional da Agricultura, ACOP - Associação dos Consumidores de Portugal, AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, BIOCOOP - Cooperativa de Consumidores de Agricultura Biológica, AGRIDIN - Associação Profissional para o Desenvolvimento da Agricultura Biodinâmica e Biológica e SALVA - Associação de Produtores em Agricultura Biológica do Sul.

É de notar que **a preocupação constante neste bloqueio legal não se esgota com a publicação do Decreto-Lei da Coexistência** em Diário da República. O diploma, embora mandatado para impedir a contaminação pelo cultivo de transgénicos, na realidade permite, por exemplo, que os campos de milho fiquem separados por faixas de apenas vinte metros de distância (desde que nessa faixa seja cultivado milho não-OGM). Tal regra é inaceitável pois constitui uma verdadeira autorização para contaminar e uma inversão do princípio do poluidor-pagador.

Contacto para mais informações: Margarida Silva, 91 730 1025

A Plataforma 'Transgénicos Fora do Prato' é uma estrutura integrada por nove entidades não-governamentais da área do ambiente e agricultura (ATTAC, Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda ao Cidadão; AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica; CNA, Confederação Nacional da Agricultura; FAPAS, Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens; GAIA, Grupo de Acção e Intervenção Ambiental; GEOTA, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; LPN, Liga para a Protecção da Natureza; QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza; e SALVA, Associação de Produtores em Agricultura Biológica do Sul) e apoiada por dezenas de outras. Para mais informações contactar info@stopogm.net